

Por uma práxis feminista negra no ensino de Sociologia: Pontes para uma sociologia feminista negra

RESUMO:

Este artigo busca traçar como a teoria feminista negra pode contribuir para o ensino de sociologia na educação básica no Brasil, propondo, assim, uma sociologia feminista negra que perpassa a formação docente e a adoção de práticas emancipatórias em sala de aula. Partimos das contribuições de três feministas negras: bell hooks, Patricia Hill Collins e Nilma Lino Gomes, a fim de consolidar essas pontes para o ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Feminismo negro. Educação antirracista. Feminismo e antirracismo.

For a Black Feminist Praxis in Sociology Teaching: Bridges to a Black Feminist Sociology

ABSTRACT:

This article seeks to trace how black feminist theory can contribute to the teaching of Sociology in basic education in Brazil. Thus, it proposes a black feminist Sociology that permeates teacher training and the adoption of emancipatory practices in the classroom. We start from the contributions of three black feminists: bell hooks, Patricia Hill Collins and Nilma Lino Gomes, in order to consolidate these bridges for teaching-learning.

Keywords: Teaching of sociology. Black feminism. Antiracism education. Feminism and antiracism.

Rafaela Rodrigues de Paula¹

Steffane Pereira Santos²

INTRODUÇÃO

A teoria feminista negra pode ser encarada como um campo de produção de saberes, um espaço seguro³ em que mulheres negras compartilham suas experiências e consolidam conhecimentos. Essa teoria tem sido difundida em contexto transnacional por feministas negras, que têm concretizado o projeto que compõe o feminismo negro: uma práxis política que objetiva a justiça social (COLLINS, 2019).

¹ Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: rafaeladepaularodrigues746@gmail.com.

² Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: steffanepereira@gmail.com.

³ A perspectiva de espaço seguro é oriunda das contribuições de Patricia Hill Collins (2019), espaços seguros seriam espaços de autodefinição para mulheres negras, onde poderíamos assim nos afirmar enquanto sujeitas e desafiar imagens de controle. Esses espaços podem se compreender em espaços institucionais.

Analogamente, os movimentos sociais têm atuado educando e reeducando o Estado, a sociedade e a escola, para Nilma Lino Gomes (2019). Atrizes políticas e sociais constituem um dos pilares que alicerçam o trajeto de construção de uma educação factualmente diversa e inclusiva. A sociologia como um aparato libertador contribui para a difusão de epistemologias e para a formação de sujeitos.

O movimento feminista negro pode ser compreendido em dois horizontes, não somente como um agente de saberes, mas também como impulsionador de formação política, alicerçando bases para constituição de práticas sociais e políticas que libertem e que se assumam como antirracistas e antissexistas, aniquilando a misoginia e o ódio racial.

Nessa perspectiva, o presente trabalho busca traçar como a teoria feminista negra poderia contribuir para o ensino de sociologia englobando as práticas de formação docente a partir de uma ótica feminista e antirracista. O trabalho tem como eixo de análise o ensino de sociologia na educação básica no Brasil, que, por sua vez, tem como destaque e busca desenvolver uma percepção integral da sociedade e da educação, bem como suscitar as reflexões críticas dos estudantes sobre temáticas presentes na sociedade. A teoria feminista negra sendo articulada por um olhar que compreende a integralidade dos sujeitos, tem conseguido abarcar temáticas que atingem para além dos corpos negros.

Entre essas temáticas, a construção de uma educação emancipatória, apresentando a possibilidade de uma grande aliada para a educação em geral, uma sociologia que ouse adotar saberes outros está adotando a decolonialidade. Isto posto, discutiremos as reflexões de três teóricas feministas negras: bell hooks⁴, Patricia Hill Collins e Nilma Lino Gomes, as quais nos permitiram formar caminhos de um ensino de sociologia crítico e emancipatório, pautado em um conhecimento de perspectivas feministas e antirracistas, com um enfoque que impulsiona e coloque em voga práticas libertadoras para a educação e possibilitem tornar a escola e o ambiente de aprendizado, um lócus que seja diverso e inclusivo.

Cabe dizer também que essa comunicação emerge de um lugar situado, de duas jovens pesquisadoras negras dentro das Ciências Sociais. Para Angela Figueiredo (2020), há, inquestionavelmente, uma correlação entre a experiência de vida, a experiência

⁴ No presente trabalho a escrita do nome da autora será sempre posta em letras minúsculas, em razão do pedido da mesma em ser citada sempre dessa forma.

profissional e a escolha do tema de pesquisa. Nossos interesses de pesquisa e trabalho não seriam os mesmos se nossas experiências de vida não fossem marcadas pelo racismo e sexismo. Não somente por esses, mas pelas inúmeras vivências consolidadas através de nós com os nossos, a partir da afetividade e da troca, partindo de debates e discussões contra hegemônicas que tensionam a operação eurocêntrica da universidade e sonham com uma universidade outra, onde nossas vozes ecoam como centrais e não como recortes isolados a serem feitos a fim de engendrar uma representatividade situada.

São muitas as experiências que nos moldam e que, por sua vez, nos tornam duas mulheres negras (nos tornam, pois ser uma mulher negra é também um dever, tal como tornar-se negro, tornar-se mulher) (GONZALEZ, 1985; SOUZA, 1983). Ser mulher negra é uma construção complexa que atravessa nossos corpos. Somos, portanto, duas mulheres negras, mas ainda possuímos subjetividade, nossos desejos e incômodos, que nos movem e impulsionam, já que, como grupo, somos sujeitas⁵ subjetivas e nossas particularidades devem ser um âmbito de humanização, que nos demarca como um grupo não homogêneo, que, claro, possui confluências. Essa sinalização sobre as subjetividades torna-se importante a fim de não cair em universalização e apagamento do que somos.

Ademais, em uma sociedade marcada pelo racismo e pelo sexismo, faz-se fundamental o compromisso coletivo de educadoras e educadores de construir uma sociologia política que acione aparato teórico para uma metodologia de ensino efetiva, a construção de uma sociologia feminista negra é crucial para se alçar novos voos no horizonte de ensino sociológico.

O presente artigo utiliza-se de revisão bibliográfica da temática, mobilizando conceitos das autoras supracitadas a fim de delinear o campo em debate: a teoria feminista negra como aliada ao ensino de sociologia. Nesse sentido, nos dedicaremos a estruturar o campo do ensino de sociologia no país e, a partir disso, conceituar as contribuições do feminismo negro que podem ser aplicadas ao âmbito educacional.

Assim, o artigo se estrutura em quatro seções. A primeira busca lançar luz sobre a relação da população negra com a educação e sua materialização em uma instituição, a escola. A segunda dedica-se a mapear o ensino de sociologia no país, pensando sobre os desafios para uma sociologia emancipatória. A terceira engloba e delinea os conceitos de

⁵ A escolha da utilização de sujeitas provém das contribuições de Grada Kilomba em “Memórias da Plantação” (2019).

feministas negras para a consolidação do feminismo negro como aliado. A quarta apresenta as pontes a serem traçadas entre os dois campos.

SOBRE EDUCAÇÃO, POPULAÇÃO NEGRA E OUTROS GRIFOS

A existência de vias de validação metodológica e epistemológicas que operam sob óticas eurocêntricas, isto é, tipicamente brancas, acompanhadas da ordem de classes dominantes, constroem a falácia de um único conhecimento válido. As formas contra hegemônicas de produzir e portar conhecimento são negligenciadas e invalidadas. As maneiras hegemônicas de produção do conhecimento orientam-se pela escrita, o que não acontece com as outras vias de produção e elaboração epistemológica para povos colonizados, que tiveram suas culturalidade e intelectualidade cooptadas e sua cultura ocidentalizada.

A escola, como coloca a educadora Nilma L. Gomes, “não é um campo neutro onde, após entrarmos, os conflitos sociais e raciais permanecem do lado de fora.” (GOMES, 1999, p. 56). Ao contrário, essa instituição é um espaço plural e diverso, onde conflitos e desigualdades existentes fora dela são encontrados também dentro da mesma. Sendo assim, o ambiente escolar pode ser compreendido como um lugar que reproduz violências, onde subjetividades e a diversidade são anuladas, reproduzindo desse modo uma violência sistêmica, que marginaliza estudantes negras e negros. A escola quando não é constitutiva de um projeto maior de diversidade exclui corpos e faz com que as experiências educacionais de negras e negros seja traumática.

O trabalho organizado por Benilda Brito e Valdecir Nascimento (2013) é um exemplo dentre as muitas pesquisas brasileiras que relatam as vivências escolares da população negra, sendo ao todo 21 relatos, presentes no livro “Negras (In)Confidências Bullying não. Isto é racismo” (2013), no qual encontramos a trajetória de mulheres negras nas escolas, que carregam entre as suas semelhanças as vivências das diferentes formas e “concepções do racismo” (ALMEIDA, 2019) e sexismo na instituição. Dentre os relatos, a autora traz:

Lembro que minhas colegas o tempo todo a chamavam (a professora), por qualquer coisa “Tia, tia” e ela sempre atendia. Um dia precisei recorrer a ela e gritei em alto e bom som:

- Tia, tia.

Diante do seu silêncio, insiste novamente:

- Tia, tia
Ao que ela bruscamente se virou a mim respondendo:
-Tia eu? Não sou sua tia. Tia de preto, NUNCA. (BRITO; NASCIMENTO, 2013, p. 47).

Esse apenas um dos tantos relatos presentes na obra, que demonstra uma das três “concepções de racismo” definidas por Silvio de Almeida (2019), as quais são interdependentes, mas que destaca a concepção individualista do racismo, quando se dá de maneira direta a discriminação entre os interlocutores, mas, como bem coloca Almeida (2019), é preciso entender as limitações de tal concepção e atentar para a interdependência entre as dimensões institucional e estrutural do racismo, inclusive nas escolas.

A escola se consolida como um espaço orientado por diretrizes que reproduzem a colonialidade. Por colonialidade compreendemos o processo de perpetuação do colonialismo após o fim da colonização, que emoldura sociedades colonizadas e, logo, ocidentalizadas, a partir do eurocentrismo, para Aníbal Quijano (2009).

O eurocentrismo consolida uma concepção de humanidade a partir da ideia de inferiores e superiores, onde a raça branca se constituiria como superior em relação às demais (QUIJANO, 2009). Para Nlongi (2021), a escola é atravessada pela colonialidade que permeia as relações sociais:

A escola é uma das instituições que manifestam estes vínculos da colonialidade de modo fortemente incorporado e violento (em suas práticas de disciplinamento, docilização, padronização, hierarquização, produção e reprodução de desigualdades e preconceitos, dentre outras). Ao mesmo tempo assumo a instituição escolar como um local não apenas possível, mas potencialmente rico em seus diálogos, conflitos e enfrentamentos a este sistema, ainda que os limites sejam múltiplos e os enfrentamentos precisem estar além da escola. A colonialidade que se manifesta na escola não pode ser percebida com exclusividade de uma instituição, porque perpassa toda a construção das relações sociais. (NLONGI, 2021, p. 16)

Nesse sentido, o inconsciente da formação educacional brasileira se dá sob o racismo e a colonialidade. Um racismo que, enquanto individualista e relacional, como colocado acima, é institucional, “atuando numa dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (ALMEIDA, 2019, p. 37-38), e estrutural, uma vez que as escolas são parte da estrutura social: “o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura” (ALMEIDA, 2019, p. 47).

Desta forma, a discriminação racial nas escolas se dá para além “hostilidade e/ou agressão explícita ao negro, mas está presente enquanto discurso” (GOMES, 1999, p. 57), por exemplo, na formação de currículos e conhecimentos ali transmitidos. As contribuições de Sueli Carneiro (2005) apontam para o processo continuado de apagamento e silenciamento, o epistemicídio, que, por sua vez, pode ser compreendido como um processo de indigência cultural que faz manutenção da subalternização de negros e indígenas.

A filósofa reitera ainda que um dos campos que o epistemicídio vem a atingir é a negação do acesso à educação, sobretudo a educação de qualidade. O epistemicídio atua impedindo o acesso de permanência de pessoas negras e indígenas no âmbito educacional, para Carneiro (2005).

Em caráter de exemplificativo, Lélia Gonzalez (1979) apresenta que no período entre 1950 e 1973, apesar da elevação do nível de escolaridade da população brasileira em geral, pessoas negras continuavam a não ter acesso a níveis mais elevados do sistema educacional (ensino médio — segundo grau — e graduação). Após 39 anos da contribuição de Gonzalez, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em boletim sobre as desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, em 2018, a taxa de analfabetismo entre a população branca é 3,9% enquanto para a população negra (pretos e pardos), compõem cerca de 9,1%.

Nesse sentido, como pessoas negras, estamos sendo extirpados de nossa agência epistêmica⁶, tendo nossos saberes deslegitimados e sendo colocados em um lugar que nos retira a posição de produtores do conhecimento. Por isso, a relação educacional se apresenta em um contexto delicado para nós, envelopada em questões múltiplas que atravessam nossos corpos.

O ENSINO DE SOCIOLOGIA: DESAFIOS PARA UMA SOCIOLOGIA EMANCIPATÓRIA

A educadora Nilma L. Gomes, em sua obra “O Movimento Negro educador: Saberes construídos lutas por emancipação” (2017), ao discutir sobre a produção de

⁶ Com agência epistêmica nos referimos a possibilidade de sermos atrizes e atores da produção de conhecimento.

saberes produzidos pelo movimento negro, alerta sobre a tensão que gera a divisão entre conhecimentos que são considerados científicos e os que não são. Essa divisão, que gera a validação ou não do conhecimento, para a autora, na escola, sendo este um lugar de transmissão de conhecimento gera uma tensa relação. Gomes (2017) nos questiona: “Mas qual é o conhecimento que a escola se vê como instituição responsável a transmitir?” (GOMES, 2017, p. 53).

A autora destaca o papel da escola no Brasil como uma emancipadora social, que, no entanto, ao longo dos anos foi se construindo como uma instituição reguladora, marcada pelas reproduções de desigualdades sociais dos corpos, renunciando muitas vezes sua perspectiva emancipatória. Renúncia que se dá muitas vezes pela divisão de saberes que serão validados ou não dentro das salas de aulas. Assim, Gomes (2017) nos propõe a construção de um “conhecimento emancipação”. Nas palavras da autora:

No conhecimento emancipação, o ato de conhecer está vinculado ao saber, sabor, saborear, à sapiência e ao sábio. O sábio não é o cientista fechado no seu gabinete ou laboratório. Mas é aquele que conhece o mundo através do seu mergulho no mundo. Esse conhecimento pode ser sistematizado na forma de teoria ou não. [...] É nele que é possível ampliar e questionar a primazia do conhecimento científico, colocando-o no cerne das relações de poder; sobretudo, localizando-o na relação “norte imperial” e “sul colonizado. [...] É nele que se torna possível a proposta de diálogo entre os saberes e os sujeitos que os produzem, ou seja, o conhecimento-emancipação é intensamente vinculado às práticas sociais, culturais e políticas. (GOMES, 2017, p. 58-59)

Com base nas definições de Gomes (2017), no presente trabalho buscaremos retomar esse conhecimento, bem como o papel emancipatório das escolas, na possibilidade de um ensino de Sociologia emancipador na educação básica.

O ensino obrigatório de Sociologia passa a integrar o currículo do Ensino Médio brasileiro a partir da Lei n. 11.684, de 02 de junho de 2008⁷, uma disciplina recente, que em sua formação e estruturação para o ensino básico ainda divide muitas opiniões. Nessa perspectiva, no presente trabalho estaremos alicerçadas nas Orientações Curriculares do Ensino Médio para o Conhecimento de Sociologia (2006), a qual, segundo Dantas e Dias (2019), coloca dois caminhos que devem ser trilhados pelo ensino de Sociologia na

⁷ A Lei 11.684 de 02 de Junho de 2008, incluiu Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio (BRASIL, 2008). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11684-2-junho-2008-575857-publicacaooriginal-99168-pl.html>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

Educação Básica: o da desnaturalização e o do estranhamento dos diversos fenômenos sociais.

Entende-se o primeiro como um caminho que busca historicizar e desnaturalizar fenômenos difundidos como tendências naturais, mesmo não os sendo, e o segundo como um olhar atento a esses fenômenos, muitas vezes tomados e aceitos como naturais, que pretende suscitar no estudante o estranhamento e a criticidade desses fenômenos. Esses dois caminhos trabalhados em conjunto formariam o papel central do pensamento sociológico no ensino básico (BRASIL, 2006), um papel que vai além desses caminhos como dimensão metodológica, mas que também pode atingir toda a instituição escolar.

Segundo as Orientações Curriculares do ensino de Sociologia, como “parte do currículo, a Sociologia pode ocupar um papel importante de interlocução com as outras disciplinas, com o próprio currículo como um todo, senão com a própria instituição escolar.” (BRASIL, 2006, p. 111). Ocupando esse espaço, a disciplina de Sociologia, pode provocar a desnaturalização e estranhamento do seu próprio currículo e das outras disciplinas, bem como da formação e prática docente da própria instituição escolar, visando não apenas uma sociologia emancipatória, mas também uma educação emancipatória.

A Sociologia, mesmo que recentemente inserida na educação básica, tem conhecidas suas raízes positivistas de chegada ao Brasil, e mesmo com seu “caráter crítico e transformador”, está inserida na estrutura dessas escolas, como coloca Gomes (2017), que deixou de lado seu caráter emancipador: “A sociologia escolar, como a maioria das disciplinas escolares, anda com os olhos bem encaminhados adiante. Sem tocar o chão que pisa, marcha” (NLONGI, 2021, p. 17), algumas tornando-se produtoras eficientes de discriminação e invisibilização das desigualdades presentes no seu espaço (JESUS, 2018).

Concordamos com Gomes e Santos (2017), que afirmam que serão necessárias “mudanças radicais” para o retorno do caráter emancipatório das disciplinas e de toda organização escolar, e, como parte do caminho, acreditamos na potencialidade não só da Sociologia, bem como na da escola de resgatar seu caráter crítico e emancipador no desenvolvimento da compreensão integral dos estudantes sobre as realidades que os cercam e por conseguinte o entendimento melhor sobre eles mesmos, podendo encontrar na teoria feminista negra uma aliada nessa missão.

FEMINISMO NEGRO COMO ALIADO

Dedicaremos esta seção a aprofundar as abordagens do feminismo negro que podem ser aplicadas na formação docente para uma educação feminista e antirracista, isto é, para uma sociologia feminista negra: (1) educação como prática da liberdade, de bell hooks; (2) epistemologia feminista negra, de Patricia Hill Collins, e por fim, (3) educação emancipatória, de Nilma Lino Gomes.

A professora e teórica feminista bell hooks (2019) pontua que no âmbito da educação existem dois caminhos: o da dominação e o da libertação. No primeiro “se mistifica a realidade tornando-a impenetrável e obscura, o que leva as pessoas a marcharem às cegas através de labirintos incompreensíveis”, no segundo “se desmascara as estruturas econômicas e sociais que estão determinando as relações de exploração e opressão entre as pessoas derrubando os labirintos e permitindo que as pessoas caminhem em sua própria estrada” (hooks, 2019, p. 212).

O caminho da libertação incorpora horizontes de que qualquer pessoa pode aprender, apreendendo um processo de ensino-aprendizagem que respeita corpos e sujeitos, respeitando a integridade dos estudantes e suas particularidades. A educação só pode ser libertadora, para hooks (2019), quando todos tomamos posse do conhecimento e construímos o aprendizado como um lugar comum, onde os saberes podem ser compartilhados e cultivados, como uma plantação.

Em continuidade, a epistemologia feminista negra de Collins (2019) vislumbra uma epistemologia do conhecimento que não é validada pelos processos dominantes de validação do conhecimento. A epistemologia feminista negra coloca no cerne da produção do conhecimento as experiências, a oralidade e afetividade como fundantes para sua estruturação. As subjetividades são um eixo central dessa epistemologia, constituindo dessa maneira uma forma outra de encarar as vivências e aprendizados. Essa epistemologia coloca mulheres negras como capazes de portar e produzir conhecimento, encarando-as como produtoras, a partir de nossa vida cotidiana e das relações que estabelecemos.

A epistemologia feminista negra dispõe de quatro pilares: (1) a experiência como critério de significado; (2) o uso do diálogo na avaliação de reivindicação de conhecimento; (3) a ética do cuidar: presença das emoções nos diálogos e (4) a ética da

responsabilidade pessoal (COLLINS, 2019). Essa epistemologia incorpora o movimento feminista negro como um produtor de saberes, bem como aciona a perspectiva do ativismo na vida cotidiana.

Nossas subjetividades e nossa vida em comunidade são fundamentais eixos de experiência que deve ser alocado como produtor de significado. O conhecimento se difunde e se orienta de formas diversas e está situado também no campo da experiência. As escrevivências de Conceição Evaristo (2007) são um marco de como a experiência permeia o campo dos saberes, possibilitando uma proposta metodológica e pedagógica de um ensino em que as diversas experiências de estudantes para além de se tornarem pontos centrais para pensar a educação escolar, mas também que sejam experiências que ecoem e se necessário for incomodem esse ambiente.

Como coloca Evaristo (2007), “escrevivências não podem ser lidas como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (EVARISTO, 2007, p. 21), incomodar uma educação que não verse sobre os diferentes saberes contidos nos corpos de alunos. Os saberes constituídos através da nossa experiência são saberes que, segundo Nilma Lino Gomes (2019), podem ser emancipatórios e resgatar o caráter libertador das relações educacionais. Estruturar uma prática educativa que inclua a subjetividade de estudantes, bem como abrace o seu lugar como produtores de conhecimento a partir da experiência vivida, enuncia maneiras outras de estabelecer a relação entre professoras e professores e seus respectivos estudantes, relacionando propriamente com a potencialidade dos movimentos sociais em voga, para Gomes (2019), o movimento negro. Os movimentos socializam saberes construídos pela população negra e colocam no bojo do conhecimento trajetórias, subjetividades, cultura e resistência (GOMES, 2019).

O movimento feminista negro brasileiro, construído a muitas mãos por mulheres negras que resistem muito antes dos movimentos organizados em suas vidas cotidianas, mas que se organizam junto aos movimentos sociais especialmente a partir da década de 1970, principalmente enunciando a necessidade de inserir raça no cerne do debate sobre o feminismo, é por si só, um movimento feminista negro educador, que se propôs a consolidar práticas antirracistas e feministas, mobilizando o pensamento interseccional. O movimento feminista negro enegreceu o feminismo e feminilizou o movimento negro, para Sueli Carneiro (2003), criando uma frente ampla de resistência. Destarte, o

feminismo negro foi se constituindo como um produtor e educador que atuou em diversas vias e que se deve fazer um pilar fundamental para pensar uma sociologia feminista negra.

ESTABELECENDO PONTES ENTRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA E O FEMINISMO NEGRO

O feminismo negro traz saberes localizados em outro espectro da produção do conhecimento, que emergem de um lugar situado que mobiliza uma práxis de resistência e consciência, que demarca sujeitos e sujeitas como portadoras do conhecimento e lançando luz sobre caminhos para a concretização da justiça social e da emancipação. Cria-se, com isso, uma perspectiva não hegemônica de abordagem do conhecimento. Saberes contra hegemônicos aplicados como ferramenta de ensino à sociologia corroboram com a construção de um espaço de relação dialógica no qual estudantes participem em uma relação horizontal com seus professores, integrando suas experiências enquanto produtores e não somente como receptores e nesse sentido rompendo com a normatividade do ambiente escolar.

Concebendo a educação libertadora de bell hooks, o ensino de sociologia deve abraçar “um ponto de vista que inclua uma consciência da raça, do sexo e da classe social” (hooks, 2017, p. 55), que excede o ensino teórico desses marcadores, mas que possam verdadeiramente ser confrontados através dos corpos presentes nas salas de aula e proporcionar uma sociologia que se aproprie da perspectiva de educação libertadora e impulsione a diversidade para a formação de sujeitos.

O feminismo negro se apresenta também como um movimento educador, capaz de promover a formação política de estudantes, na medida em que proporciona caminhos teóricos e metodológicos de abordagem do ensino. Com a sua aplicação, rompe-se com a matriz ocidental de operação e capacita-se sujeitos e sujeitas antirracistas e feministas.

Este movimento pode ser incorporado como um mecanismo de superação do pensamento abissal proposto por Nilma Lino Gomes (2019). O pensamento abissal está presente na ciência ocidental, desprezando, desqualificando e separando os saberes que emergem de abordagens decoloniais, produzidos fora do norte global/epistemológico (GOMES, 2019). O feminismo negro aliado ao ensino de sociologia impulsionaria desse modo uma pedagogia pós-abissal proposta por Gomes (2019).

Esboçar um campo sociológico que incorpore práxis feminista e antirracista é considerar a existência de uma sociologia feminista negra. Luana Tolentino em “Outra educação é possível: feminismo, antirracismo e inclusão em sala de aula” (2021) abarca uma série de textos que delineiam as experiências em sala de aula. Tolentino (2021), então, apresenta também um projeto de educação libertadora, que anuncie um conteúdo que empodere e dê autonomia aos estudantes, sendo uma educação viva e participativa, que oriente e amplie os pontos de vista sobre o mundo no processo de aprendizagem (TOLENTINO, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento negro passou a ser um ator no campo educacional, para Petrônio Domingues (2007). O movimento negro atuou propondo revisão de conteúdos racistas de livros didáticos, promovendo a capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia interétnica, revalidando o papel da população negra na história do país e discutindo a necessidade de inclusão do ensino de história de África nos currículos escolares (DOMINGUES, 2007). Nessa diretriz, o movimento negro foi fundamental para a instituição da Lei n. 10.639, em 2003, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira no Brasil.

A aplicação de bases antirracistas e feminista ao ensino de sociologia ainda se compreende como um desafio. O trabalho buscou traçar caminhos para se conceber um espaço educacional com uma abordagem contra hegemônica, objetivando consolidar um ambiente político de aprendizagem, em que diretrizes antirracistas e feministas possam compor a abordagem pedagógica. Na medida em que avançam propostas como a do Programa Escola Sem Partido, que procura roubar a autonomia de professores e consolidar a agenda conservadora a nível educacional no país, reafirmar os espaços educacionais como espaços políticos se torna não somente fundamental, como urgente para ratificação de uma escola plural e inclusiva.

Faz-se necessário romper com as falácias de “ideologia de gênero”, que são propagadas por parlamentares conservadores no legislativo brasileiro, movimentando uma corrente mentirosa, que culpabiliza docentes e distorce as diretrizes de uma educação

para emancipação, a partir de uma lógica colonial e cristã, que deturpa a autonomia e coloca em risco a disseminação da diversidade da multiculturalidade brasileira.

María Elvira Díaz Benítez (2020) ao discutir sobre o avanço desse movimento que poderia ser caracterizado como neofacista, relembra a professora de História e deputada pelo Partido Social Liberal (PSL) Ana Caroline Campagnolo, que incentivou estudantes a filmarem e denunciarem “professores doutrinadores”. Para Díaz Benitez (2020), um dos caminhos a serem trilhados paralelamente à participação popular seria pensar a prática feminista interna, que, para a antropóloga, constrói muros ou pontes para nossos projetos de inclusão.

Outrossim, o feminismo negro dispõe de ferramentas que impulsionariam a potencialidade do ensino de sociologia na educação básica no país. Enquanto aliado, pode proporcionar ferramentas metodológicas de abordagem para professores frente a estudantes e cumprindo também função crucial na formação de docentes. A capacitação docente instaurada com influências feministas negras apreende uma possibilidade para a instauração de práticas libertadoras dentro do processo de ensino-aprendizagem. Uma sociologia feminista negra é uma sociologia da emancipação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019. 264p.

BRASIL. Conhecimentos de Sociologia. In. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Ministério da Educação: Brasília, 2006. p. 101-132.

BRITO, Benilda. NASCIMENTO Valdecir. **Negras (IN) Confidências: Bullying não. Isto é racismo. Mulheres Negras contribuindo com as reflexões sobre a Lei 10639/03**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005.339 p. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação junto à Área Filosofia da Educação. São Paulo, 2005.

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

DANTAS, Daniely Nascimento Marreira. DIAS, Wilian Marques. Ensino de sociologia em questão: a história da sociologia na educação básica e a questão de debates étnico-raciais. In. **Revista Aurora (PPGS-UNESP)**, Marília, v.12, p. 73-88, 2019.

DÍAZ BENÍTEZ, María Elvira. Muros e pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão. In: Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.). **Pensamento feminista hoje. Perspectivas decoloniais**. 3ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 306.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21, 2007.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, jan./abr. 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2019.

_____. Professoras Negras: trajetória escolar e identidade. In. **Cad.CESPUC de Pesq.**, Belo Horizonte, n. 5, p. 55-62, abr. 1999.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. (1979) In. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Flávia Rios e Márcia Lima (Org.), Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. Debate: A cidadania e a questão étnica (1985). In. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Flávia Rios e Márcia Lima (Org.), Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

_____. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica**, v. 41, 2019.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 34, e 167901, 2018.

NLONGI, Júlio (Júlio César Aurélio de Souza). Corpos em costura numa Sociologia-arteira: passos antirracistas em poéticas afro-diaspóricas. In. Dossiê Epistemologias Negras e Indígenas. **Revista Três Pontos: Revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais**. Ano 17, n. 2. (julho/dezembro de 2020), Belo Horizonte, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In. **Epistemologias do Sul**. (Org.) Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. janeiro. 2009.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social. Rio de Janeiro, 2ª edição. Edições Graal, 1983.

TOLENTINO, Luana. **Outra educação é possível: feminismo, antirracismo e inclusão em sala de aula**. Mazza Edições, 2021.